



**UNIDADE
CLASSISTA**

FILIADO AO



II CONGRESSO NACIONAL



FORTALEZA - CE

28 de abril a 1 de maio 2018

II CONGRESSO NACIONAL DA UNIDADE CLASSISTA

CADERNO DE RESOLUÇÕES

Fortaleza, 30 de abril de 2018



II CONGRESSO NACIONAL DA UNIDADE CLASSISTA

CADERNO DE RESOLUÇÕES

Fortaleza, 30 de abril de 2018



ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://unidadeclassista.org.br/>
E-MAIL: ucnacional@unidadeclassista.org.br

ÍNDICE

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO II CONGRESSO NACIONAL DA UNIDADE CLASSISTA	09
ESTRUTURA SINDICAL	13
HISTÓRIA RECENTE DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL	31
ESTRATÉGIA E TÁTICA	41
A FORMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE CLASSISTA	57
ORIENTAÇÕES E SUGESTÕES PARA O TRABALHO DE DIREÇÕES	70



ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://unidadeclassista.org.br/>
E-MAIL: ucnacional@unidadeclassista.org.br

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO II CONGRESSO NACIONAL DA UNIDADE CLASSISTA

O II Congresso Nacional da Unidade Classista (UC), realizado entre os meses de janeiro e maio de 2018 contou com a participação de mais de 500 militantes entre delegados e observadores provenientes de dezoito estados do país. Desde o primeiro Congresso, em 2012, a UC teve um importante crescimento quantitativo e qualitativo, construído nas diversas lutas da classe trabalhadora.

O balanço político de nossa Coordenação Nacional destacou o avanço na organização interna, a constituição de diversos comitês de base no último período, permitiu a realização das etapas preparatórias do congresso em 16 estados. Ainda temos diversos desafios, porém o balanço é positivo também pelo fato de ampliarmos nossa inserção em várias categorias de trabalhadores e trabalhadoras. Participamos de um significativo número de eleições sindicais, das principais lutas sociais de cunho classista e de diversas iniciativas de avançar o processo de reorganização da classe trabalhadora com vistas à realização do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT)

O II Congresso Nacional da UC foi realizado em um momento de profundo acirramento da luta de classes. Em meio à crise do capital, o imperialismo tem operado dois processos articulados em todo o mundo: por um lado, intensifica a retirada de direitos sociais que aumentam os lucros da burguesia, especialmente através das contrarreformas da previdência e trabalhista que se espalham por todos os continentes, inclusive no centro dos países capitalistas. Ao mesmo tempo, investe força nas intervenções militares no Oriente Médio, especialmente na Síria, e na desestabilização de governos na América Latina, como em Cuba e na Venezuela, em busca da expansão da indústria do petróleo e da destruição dos Estados nacionais.

No Brasil, o governo puro-sangue da burguesia tem realizado as piores medidas para a classe trabalhadora. O governo Temer é extremamente impopular, mas subordinado aos interesses capitalistas tem

cumprido a agenda de desmonte do país atacando direitos sociais e entregando para a iniciativa privada as empresas estatais e os serviços públicos. A contrarreforma trabalhista, a terceirização e a proposta de contrarreforma da previdência são os exemplos mais nefastos da política orquestrada pela elite dominante no país e que tem como um dos panos de fundo prejudicar o movimento sindical para que tenha dificuldades de construir grandes mobilizações capazes de insurgir contra o governo e os patrões.

Outras dificuldades também se apresentam no conjunto das organizações da classe. O papel de subordinação e cooptação que a maioria das centrais sindicais tem prestado cria barreiras para o avanço das lutas, exemplo maior disso foi o cancelamento da Greve Geral de 30 de junho de 2017 em troca de acordos com o governo para modificar a contrarreforma trabalhista. O esgotamento da conciliação de classes enquanto perspectiva para a classe trabalhadora, passa também pelas mobilizações da classe contra as burocracias sindicais.

A ofensiva reacionária em curso também se apresenta nas manifestações profascistas contra militantes e organizações políticas, tais como os tiros disparados contra o acampamento em defesa do ex-presidente Lula em Curitiba e o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes, assim como nas opressões racistas, machistas, lgbtfóbicas e xenófobas que se alastram pelo país. Tais processos são acompanhados também pela criminalização das lutas sociais operados pelos governos federal e estaduais que colocam as polícias militares e as forças armadas atuando para combater a indignação popular e reprimir manifestações de trabalhadores e trabalhadoras em defesa dos seus direitos.

Contudo, a crise entre os ciclos de lutas, abre possibilidades para estabelecermos um outro patamar de enfrentamento à burguesia. Ainda que de forma dispersa, desde 2013 as mobilizações sociais tem se tornado rotina no país, seja em lutas atomizadas de reivindicações pontuais de categorias ou mesmo nas ações de massa em manifestações populares e artísticas.

As resoluções do II CONUC apontaram a urgente e necessária reorganização da classe trabalhadora na perspectiva da articulação das diversas lutas que ocorrem pelo país e a reorganização do campo classista para levar a cabo a contraofensiva à burguesia e aos seus governos.

Os desafios do movimento sindical passam pelo fortalecimento dos sindicatos como espaços representativos dos trabalhadores e trabalhadoras, do aprofundamento das lutas sindicais tanto de caráter reivindicativo das categorias como em conjunto com as lutas populares e pelo avanço da consciência de classe para colocar a classe trabalhadora em ação desde a defesa dos seus direitos, como também para a marcha de superação do capitalismo na construção do socialismo.

No plano geral das lutas, aprovamos resoluções que articulam as lutas sindicais com as lutas por moradia, de combate às opressões, defesa da educação e saúde pública e a organização dos desempregados, para criar um grande bloco popular e classista para fazer frente aos ataques em curso. As bandeiras de luta aprovadas no congresso definiram um conjunto de pautas e reivindicações que orientarão as nossas ações no conjunto do movimento sindical e nas lutas populares.

O II Congresso Nacional da UC, reafirmou a necessidade de constituir e fortalecer o campo classista no movimento sindical na perspectiva da reorganização da classe e da construção do ENCLAT. Uma tarefa necessária para que este ciclo de lutas seja vitorioso estabelecendo as bases para o Poder Popular. Saímos deste congresso mais fortes, com a certeza de que estamos no caminho certo e com o desafio de nos tornarmos uma das correntes protagonistas das grandes lutas da classe trabalhadora no país.

Fortaleza, 30 de abril de 2018

ESTRUTURA SINDICAL

INTRODUÇÃO

1) A discussão sobre a estrutura sindical coloca em pauta, obrigatoriamente, além da centralidade do trabalho na produção do valor, a contradição entre capital e trabalho. Mas, mesmo admitindo essa centralidade, não podemos perder de vista que a condição de totalidade na sociedade capitalista é determinada pelo capital. É ele quem condiciona e estabelece, globalmente, o conjunto das relações sociais e, portanto, exerce as conformações para moldá-las e transformá-las permanentemente.

2) Partiremos, desse modo, da forma de organização do método de produção para observarmos sua influência no modelo de organização sindical dos trabalhadores. Ao estabelecer essa relação, podemos identificar e analisar o impacto das mudanças processadas no âmbito do método de produção para a estrutura sindical.

3) Diante disso, defendemos que a estrutura sindical atual não corresponde mais à forma pela qual o capital se organiza. Assim sendo, ao se viver um descompasso entre a forma sindical dos trabalhadores e o método do capital extrair o mais-valor, esse descompasso constitui, de fato, no epicentro da crise de representação vivida pelo movimento sindical.

4) Partindo desse pressuposto, torna-se fundamental articularmos não somente as transformações ocorridas na base econômica, como também a produção da legitimidade do poder do capital entrecruzando com a crise vivida pelo movimento sindical. Tal articulação se faz necessária pelo fato de entendermos o capital enquanto relação social de produção e de consumo e, dessa forma, a unidade dialética entre a base material com o campo ideológico permite-nos apreender a totalidade do processo histórico-social, possibilitando identificar os elementos que compõem esse todo para, então, termos condições de

estabelecer a estratégia e as táticas na perspectiva dos interesses da classe trabalhadora.

O CAPITALISMO NA PASSAGEM PARA O SÉCULO XXI

5) Para discutirmos o capitalismo nas primeiras décadas do século XXI, entendemos ser necessário uma breve caracterização de sua forma dominante de organização ao longo do século anterior. Pois, com isso, poderemos identificar os pontos de mudanças e os de permanência, no que diz respeito, especialmente, ao mundo do trabalho, que é, de fato, nossa questão central.

6) Ao observarmos o mundo do trabalho, não podemos deixar de considerar as mudanças vividas nas relações de produção decorrentes da busca incessante do regime do capital na ampliação da extração de mais-valor. Ampliação essa que se encontra relacionada ao aumento da produtividade, o que, por extensão, induz à organização de novos métodos de produção.

7) Acrescenta-se ao foco da interpretação que o significado de capital não é simplesmente a propriedade material de máquinas, terras, ativos etc. Inclui-se, também, as relações de produção e suas implicações sociais.

8) Nesse sentido, observar o aumento da produtividade e a indução de novos métodos de produção vivenciados ao longo do século XX implica em entender, como premissa, que nesse século o capitalismo desenvolveu extraordinárias condições de extração de mais-valor. Isto é, manteve a centralidade de mediação do trabalho na sociedade capitalista como produtor de valor, obtido a partir do dispêndio de tempo de trabalho abstrato, ao mesmo tempo em que o capital assumia a condição de totalidade social, definindo também as condições subjetivas.

9) É na busca por melhor racionalização da extração de mais-valor que

o taylorismo e o fordismo se consolidam, na primeira metade do século XX, como métodos de organização da produção. Se o primeiro tem como princípio norteador a intensificação do trabalho em menor tempo possível, bem como a fragmentação do processo produtivo, o fordismo o estende desenvolvendo a linha de montagem. Intensificam e aperfeiçoam a extração de mais-valor, tendo em vista que a condição do tempo do trabalho é ditada pelo ritmo da máquina que impõe ao trabalhador o aumento de sua produtividade.

10) Por extensão, os grandes complexos empresariais constituem, no século XX, a condição privilegiada do capital atuar. Logo, a concentração de grande número de trabalhadores é a forma dominante de se estruturar a produção a partir da linha de montagem.

11) Ou seja, enquanto no chão da fábrica a fragmentação das atividades produtivas aliena mais e mais o trabalhador, a aceleração da produção impõe à sociedade maior oferta de mercadoria e, por consequência, a necessidade da ampliação do consumo. Nesse momento, se afirma a tendência da permanente busca por níveis mais elevados de produtividade em que sua realização passa a depender menos do trabalho direto dos trabalhadores.

12) O aumento da produtividade adquirida com a adoção dos novos métodos de produção e da tecnologia implicou no crescimento do capital em escala mundial, o que, de certa forma, também ampliou a massa operária assalariada.

13) Nesse caso, tendo o fordismo estabelecido a linha de montagem como método, ele se pautou na produção em larga escala e, também, no entendimento do trabalhador enquanto consumidor potencial. Sua fórmula implica, portanto, na produção em massa e no amplo consumo de mercadorias. Costura-se, em sua lógica, uma espécie de aliança tácita entre capital e trabalho em que o sindicato se constitui em peça importante dessa engrenagem. O método de produção fordista induziu a essa forma de organização sindical. Ou seja, que a concentração

da produção em amplos complexos impulsionou, também, a formação de sindicatos com grande número de trabalhadores. Outra característica desse método de produção é a divisão dos trabalhadores em categorias profissionais. Dessa forma, a organização sindical desses se estabelece de acordo com as atividades profissionais específicas.

14) Dessa forma, a ferramenta de organização e de luta dos trabalhadores passa a atuar de acordo com a lógica do regime do capital. Deixa de ter uma perspectiva global, como força de resistência dos trabalhadores para mudar o sistema existente e abolir, definitivamente, a relação de trabalho assalariado.

15) As contradições inerentes ao capitalismo, por isso, não desaparecem, muito pelo contrário. Contudo, diante da rigidez dos investimentos de capital fixo para a produção em massa, a flexibilidade de planejamento é restringida, ao se levar em consideração que o crescimento do mercado consumidor seria estável, resultante do envolvimento dos sindicatos enquanto parte da engrenagem da produção e consumo.

16) Porém, a crise do petróleo nos anos 70, o aumento da competição internacional, a diminuição das margens de lucro e o aumento do desemprego levaram o fordismo a ser posto em xeque. Nessa conjuntura e diante da pressão do movimento sindical, como resposta à crise, o capital reorienta seu método de produção adotando regimes de trabalho mais flexíveis, conhecidos como toyotismo, onde a fragmentação passa a ser o mote da organização do trabalho.

17) Essa reestruturação do processo de acumulação implicou, por sua vez, na orientação voltada para a expansão financeira. Expansão em que uma massa crescente de capital é revertida para sua forma monetária e ruma para empréstimos e especulação, conectando, privilegiadamente, as economias centrais através do sistema financeiro que já se mundializava.

18) Para um sindicalismo que se organizara a partir do modelo da rigi-

dez fordista, as consequências foram danosas. Sua estrutura não daria mais conta das demandas do mundo do trabalho que a produção flexível (toyotista) impôs. Uma conjuntura agravada, pois já se convivia com um trabalhador ganho, ideologicamente, pela visão de mundo orientada pelo capital.

19) O método de produção fordista se expande pelo mundo no pós 2ª Guerra mundial. Chega ao Brasil na década de 1950, com a substituição de importações e a implantação da linha de montagem automobilística que se constituiu no padrão de desenvolvimento industrial do país.

20) Conciliando os processos de acumulação do atraso de tipo colonial no campo, onde predominam a grande propriedade e relações de produção arcaicas, com o avanço da industrialização orientada pelo fordismo, as relações capitalistas se expandem gradativamente no país. Mas esse processo gerou o aprofundamento das contradições sociais ao acelerar o êxodo rural. Aliado a isso, contamos com a incapacidade do bloco de classes economicamente dominantes em responder às demandas das grandes massas de trabalhadores. Ou seja, diante dessa incapacidade de incluí-las nas benesses do crescimento econômico, a resposta à pressão das massas foi o fechamento político com o golpe de 1964.

21) Isto é, diferentemente da matriz geográfica do fordismo, o caminho brasileiro não incluiu os sindicatos como “parceiros”. Estes foram silenciados por duas décadas para que a expansão industrial ganhasse fôlego, ao mesmo tempo em que o sistema financeiro também se estruturasse em âmbito nacional. Pois, afinal, a inexistência de uma burguesia nacional não punha a classe economicamente dominante em contradição aberta com o imperialismo. Sua proposta de mudança sempre adotou o modelo de revolução passiva, transformista e gradual, cuja contradição fundamental não se encontraria em relação ao capital internacional, mas sim em relação à classe trabalhadora interna.

22) Mas a crise vivida pelo capitalismo nos anos 70 colocou o modelo

brasileiro também em crise. A pressão dos trabalhadores, somada ao fracionamento do bloco de classes dominante, levaram ao aprofundamento da perda de apoio político a esse modelo.

23) Nas décadas seguintes, a estrutura econômica sofreu ajustes de modo a se adequar à reestruturação neoliberal do processo de acumulação imposto pelas economias centrais. Se no desmonte do regime político ditatorial os sindicatos tiveram papel importante, a reestruturação capitalista os impacta significativamente. Seu esvaziamento político reflete em seu poder de mobilização, que se vê comprometido frente a um trabalhador capturado pela visão de mundo do capital; que se considera, ele mesmo, em seus investimentos de formação, como capital humano. Por extensão, as relações de solidariedade de classe gradativamente se esgarçam.

O NEOLIBERALISMO E AS IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS PARA A CLASSE TRABALHADORA

24) Antes de abordarmos o tema do neoliberalismo, cabem algumas rápidas considerações a respeito do entendimento de ideologia. De acordo com Marx, os conflitos gerados pelas transformações vividas na estrutura econômica levam os indivíduos a se confrontarem com esses conflitos no plano ideológico. E é aí que os indivíduos ganham consciência dos conflitos para, então, buscarem resolvê-los. E Lukács destaca que esses são conflitos que emergem dos fundamentos do ser social.

25) Partimos do entendimento, com isso, de que a ideologia tem o campo social como produção e condição para a sua realização. Por isso que para Gramsci é na ideologia e pela ideologia que uma classe pode exercer hegemonia sobre outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas.

26) Avançando na reflexão, podemos entender que a ideologia, portanto, não é uma falsa consciência, como alguns apregoam. Ela é, de

fato, conforme destaca Mészáros, uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada.

27) Ao apreendermos dessa forma a noção de ideologia, podemos identificar os interesses de classe a ela correspondente. Mais ainda: possibilita compreender a necessidade de se travar a luta de classes no plano das ideias, bem como, a partir de então, formular um conjunto de soluções próprias da classe trabalhadora em relação aos conflitos existentes no campo social e, assim, construir uma hegemonia própria.

28) Tendo sido definido o nosso ponto de partida sobre o entendimento da ideologia, podemos tratar do tema do neoliberalismo. Nesse sentido, o consideraremos enquanto ideologia da forma como esboçamos acima.

NEOLIBERALISMO

29) A ideologia do neoliberalismo ganha enorme força a partir da eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA e se acentua a partir da queda do muro de Berlim e do desmonte das experiências socialistas do Leste europeu e asiático. Assim, o seu avanço rumo à condição de exercer a hegemonia na forma de organização do capital se deu ao longo da década de 1990, quando este se afirma como a expressão da força burguesa de um mundo não mais bipolarizado.

30) É nesse momento que alguns de seus princípios passam a caracterizar a nova condição do capitalismo. Dentre esses, tornaram-se lugar-comum a defesa às privatizações de empresas estatais, a abertura da economia aos monopólios internacionais, a diminuição do Estado, a flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização e a “não” intervenção do Estado na economia.

31) Concomitante ao neoliberalismo que se afirmava no campo das políticas econômicas, observava-se a implantação de formas flexíveis de organização associadas aos investimentos em novas tecnologias

(automação e robótica), implicando na redução drástica do número de trabalhadores nas linhas de montagens. Ou seja, acelera-se, gradativamente, o distanciamento do trabalho vivo (trabalhador) da produção direta de mercadorias.

32) Nesse sentido, as habilidades profissionais que garantiam a inserção do trabalhador no mercado de trabalho se tornam, paulatinamente, obsoletas. Vivencia-se, diante disso, o crescente contingente de trabalhadores considerados como desempregados estruturais. Isto é, aqueles cuja habilidade não se faz mais necessária ao novo método de produção.

33) Outro aspecto importante do impacto do método de produção flexível, para o mundo do trabalho, foi a decomposição do sentido de categoria profissional próprio da forma de organização no fordismo. Essa alteração passa a conflitar, a partir de então, com a estrutura sindical vigente.

34) Observa-se, nessa mesma conjuntura, o reforço ao capital financeiro. Estratégia utilizada para o rápido deslocamento de investimentos, já que este é a forma mais móvel de capital, para regiões onde a força de trabalho tivesse um menor custo, decorrente da flexibilização das leis trabalhistas.

35) O Brasil não ficou fora do roteiro neoliberal. A partir dos anos 90, a implantação de seu receituário fez agravar a concentração de renda, o desemprego e a pobreza, o que permitiu que chegássemos, hoje, a apenas 6 bilionários brasileiros concentrando uma riqueza correspondente à riqueza da metade da população mais pobre do país, ou seja, de mais de 100 milhões de habitantes. Um padrão de concentração não muito diferente do que ocorre em escala global.

36) Ao neoliberalismo soma-se a fragmentação da participação direta do trabalho na produção de valor (mercadoria), o aumento dos desempregados, a crescente pobreza e a horizontalização do método

de produzir. Essas são condições que deslocam o trabalho direto da produção e ampliam, para fora de seu espaço, o conflito de classes. Por isso, cada vez mais a tensão e contradições de classe têm se posicionado na vida da cidade, na circulação, onde o valor efetivamente se realiza.

37) Essa é uma questão que deve ser levada em consideração pelo movimento sindical. Articular a luta contra o capital para além do espaço de produção do valor, apesar de seu significado para a luta de classes, com as lutas no espaço onde esse se realiza.

38) Outro aspecto que não podemos deixar de considerar, é a livre circulação de capitais no mercado internacional que, para o neoliberalismo, deveria ser levado às últimas consequências com a eliminação de leis de proteção às economias nacionais, além, é óbvio, das privatizações. Esse movimento difunde a ideia de que o mercado entre as nações não seria mais, com o fim da Guerra Fria, hierarquizado, mas sim horizontalizado, o que se convencionou chamar de globalização.

39) Pudemos observar, em linhas gerais, as implicações das políticas neoliberais para o mundo do trabalho, em especial, e para a sociedade como um todo. Assim, se o neoliberalismo atua na lógica da reestruturação produtiva do regime do capital, a forma mais expressiva de tradução dos interesses ideológicos da classe burguesa nessa conjuntura é, por sua vez, o discurso da pós-modernidade. Diante disso, torna-se necessário uma rápida, e também geral, abordagem sobre esse ponto. Pós-modernidade

40) Retomemos a observação de Marx de que o capital é uma relação social entre pessoas. Partindo desse pressuposto, a sociedade dominada por ele não se define somente por sua estrutura econômica, mas esta também produz, além de mercadorias, gostos, desejos, comportamentos etc. Ou seja, gera e organiza uma subjetividade própria de suas condições de dominação.

41) No Manifesto Comunista, Marx apontou que a sociedade burguesa tende a um processo de transformação permanente. É, portanto, característica da modernidade sua permanente transformação, porém é no processo histórico que, ao estabelecer a ligação com o tempo passado, nos permite a sensação da experiência vivida. E é esse sentido de trajetória no tempo que possibilita que se afirmem as identidades de classe, por exemplo.

42) Por sua vez, a noção de processo histórico na modernidade, ao implicar a intensa mudança tecnológica no âmbito da estrutura econômica, alterou a relação com o tempo e, por isso, também a percepção deste. Isso decorre não de forma estranha à sociedade burguesa, mas de acordo com seus princípios norteadores, pois ela só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais.

43) Nesse sentido, a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Tendo em vista que as mudanças estruturais impactaram, também, os sistemas culturais a partir do momento que alteraram a relação com o tempo, essas mudanças desestruturaram, igualmente, a noção de identidade de classe, abrindo espaço para outras formas de interpelações. Com isso, fica fragilizada a antiga solidariedade de classe sustentada por sua relação construída no processo histórico.

44) A instantaneidade passa a constituir a forma de pensar e agir. Instantaneidade e volatilidade passam a ser as principais marcas desse novo tempo, o que torna extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo, não somente em termos econômicos, mas também em termos políticos e pessoais.

45) Podemos concluir, portanto, que as transformações vivenciadas na sociedade capitalista que desembocaram na considerada pós-mo-

deriedade não representam superação da dominação burguesa, mas sim sua afirmação. Ou seja, a compressão do tempo destrói a ideia de processo. E, ao assim proceder, esgarça a noção de identidade de classe, pois rompe com seu processo constitutivo e se afirma no presente perpétuo. Dessa forma, o pós-moderno não é outra coisa senão uma forma mais sofisticada e complexa da dominação burguesa em que a individualização assume a maneira de comportamento predominante, na atualidade, em detrimento da coletividade.

O SINDICATO E O MUNDO DO TRABALHO

46) Articulemos, agora, as transformações vivenciadas no processo de produção, no campo político e ideológico com o movimento sindical. Tal articulação se faz necessária, tendo em vista o entendimento do capital enquanto relação social.

47) O método de produção fordista induziu a forma de organização sindical. Ou seja, que a concentração da produção em amplos complexos impulsionou, também, a formação de sindicatos com grande número de trabalhadores.

48) Outra característica desse método de produção é a divisão dos trabalhadores em categorias profissionais. Dessa forma, a organização sindical desses se estabelece de acordo com as atividades profissionais específicas.

49) Nessa forma de organização, os sindicatos desempenharam papel de destaque, ao longo do século XX, na estrutura produtiva enquanto parte constitutiva do próprio fordismo. Mas não só isso, ao mesmo tempo seu peso político lhes permitiu organizar a luta dos trabalhadores em diversas partes do mundo. No Brasil, por exemplo, a crise econômica e política dos anos 70 e 80 tiveram o movimento sindical no centro das reivindicações que transcendiam a simples luta corporativa trabalhista e salarial.

50) Contudo, as transformações no método de produção, vivenciadas a partir dos anos 80 e prolongadas nas décadas posteriores, impactaram a forma de organização sindical. A substituição por método mais flexível levou ao desmonte neoliberal do conjunto da legislação trabalhista, agindo diretamente no valor da força de trabalho e na descaracterização da ideia de categoria profissional, cuja terceirização é um de seus elementos.

51) A brusca compressão do tempo de circulação do capital em escala mundial, graças às novas tecnologias, também alterou a própria noção de tempo. Nesse sentido, sua intensificação quebrou a noção de processo histórico e, ao empurrar os indivíduos para um presente permanente, esgarçou o sentimento de identidade e solidariedade de classe. Diante disso, a forma sindicato, tal qual se organizou no fordismo, perde sua capacidade operacional de representação das categorias profissionais que buscam representar, pois essa mesma ideia de categoria se encontra em crise com a adoção do novo método de produção.

52) Está posto, aí, um grande desafio para a estrutura sindical: assumir um papel de ferramenta de resistência à exploração e questionadora do sistema de trabalho assalariado, enquanto as novas condições históricas levaram à fragmentação da classe trabalhadora no espaço da produção, alterando, com isso, a percepção da condição de classe. Nesse caso, cabe a pergunta: a forma como se encontra estruturado o movimento sindical tem condições de responder aos desafios impostos pelo capital aos trabalhadores? Observemos, então, como se organiza a estrutura sindical no país

53) No caso específico do Brasil, a estrutura sindical segue a seguinte lógica: sindicato, federações, confederações e centrais. A unicidade se estende dos sindicatos às confederações, ficando as centrais dispensadas de adotá-la.

54) A reforma trabalhista de 2017, ao introduzir a possibilidade da negociação individual entre empresa e trabalhadores, acaba por es-

timular a fragmentação da negociação coletiva, ao favorecer as negociações por empresa, além de estabelecer a representação no local de trabalho por meio de comissões que passam a ter atribuição igual ao do sindicato. Nesse sentido, a comissão extingue o monopólio da representação dos trabalhadores pelo sindicato, previsto na CLT e na Constituição Federal, o que, na prática, acaba com a unicidade sindical.

55) Não há, por sua vez, alteração em relação às federações e confederações. Estas são afetadas, assim como toda a estrutura, somente no que diz respeito à extinção da contribuição sindical obrigatória (imposto sindical).

56) O “fim da unicidade sindical” aprovada com a reforma trabalhista para a base, já era praticada, no entanto, em relação às centrais. Para estas, a pluralidade sempre foi a realidade.

57) As centrais sindicais, criadas ainda na década de 1980, foram regulamentadas em 2008. Isto é, a Lei 11.648/2008 definiu que o reconhecimento das centrais ocorreria mediante critérios de representatividade, entre elas percentuais de filiação de sindicatos por região e setores econômicos, além de índices mínimos de sindicalização. A partir daí, ao se definir o tamanho da central, se estabelece a parcela correspondente a cada uma no que diz respeito ao imposto sindical.

58) O que se observou, com essa regulamentação, foi a formação de um verdadeiro mercado sindical. A disputa pela base se constituiu não só em questão de influência política, mas, e principalmente, também no acesso aos recursos financeiros, proporcionando, com isso, a oligarquização do movimento sindical, quando passou a ser extremamente vantajoso o controle da formação de quadros pelas centrais. Essa prática passou a ser considerada a partir da introdução de elementos neocorporativos e pluralistas tripartites (trabalhadores, empresário e Estado) na mediação dos conflitos de classe, em que trabalhadores representados pelas centrais e patrões passaram a participar da definição de políticas públicas adotadas pelo Estado.

59) Não se pode deixar de considerar, no entanto, que tendo o Estado um caráter de classe, o estabelecimento de regras no conflito capital e trabalho não é tripartite. Sendo assim, a colaboração de classe assume um perfil diferenciado, mas não deixa de existir nesse modelo.

A POSIÇÃO POLÍTICO-ESTRATÉGICA DA UNIDADE CLASSISTA(UC)

60) Observamos as transformações ocorridas no método de produção que fragmentaram a organização do trabalho e fragilizaram, por conseguinte, a concepção de categoria profissional. Diante disso, o impacto no movimento sindical se mostrou evidente, pois a lógica de sua organização havia sido estabelecida pelo método hegemônico anterior.

61) A crise vivida pelo movimento sindical não é fruto, portanto, de mera prática burocrática de conciliação de classes. Não que esta não exista, mas ao cruzarmos as mudanças na base econômica com o neoliberalismo e a pós-modernidade, constatamos a articulação de uma nova forma do capital se estabelecer e exercer sua hegemonia.

62) Em relação ao Brasil, se a estrutura sindical já sofria com a adoção do novo método de produção, gradativamente aplicado ao longo das quase três últimas décadas, essa estrutura é violentamente atacada com a atual reforma trabalhista. Ao se eliminar, na prática, a unicidade sindical, abrindo espaço para sua substituição na organização dos trabalhadores por local de trabalho com poder de negociação, através das comissões por empresa, a tendência é a de se aprofundar a crise de representatividade sindical. Aprofundamento que se dá, principalmente, quando tais comissões poderão ser organizadas pelo próprio patronato.

63) Estamos, portanto, em uma conjuntura de mudanças aceleradas. A pergunta é: como nos posicionar diante dessas mudanças?

64) Podemos considerar que a crise abre novas possibilidades. O enfraquecimento dos sindicatos e a reforma trabalhista nos coloca diante

do desafio da luta pela manutenção da unicidade sindical e nos leva a focar nossas ações em dois eixos: atuação sindical e as lutas por local de trabalho. No entanto, devemos estar preparados para atuar nas condições adversas que a nova legislação trabalhista nos impuser.

65) Se tomarmos a iniciativa, as organizações por local de trabalho podem ser a oportunidade efetiva de nossa aproximação com as bases, trabalhando com suas contradições cotidianas. A possibilidade de ramificação de nossas propostas se amplia a partir da organização e conquista das comissões de empresa, buscando a incorporação dessas comissões aos sindicatos transformando-as em instâncias de base quando for possível.

66) O contato com as bases tende a atrair para as lutas, também, temas que transcendem a contradição direta entre capital e trabalho. Isto é, temas como saúde, transporte, segurança, moradia etc., como foi apontado na abordagem sobre o deslocamento para a vida da cidade das tensões e contradições de classe. Diante disso, construímos condições concretas de ampliação de interferência na política sindical com a inserção da UC no cotidiano dos trabalhadores.

67) Mas, diante desse quadro em que a fragmentação das atividades econômicas dos trabalhadores descaracteriza a noção de categoria profissional, a forma de organização sindical deve exigir reformulação. O capital impõe a divisão dos trabalhadores por ramo de atividade. Essa é a linha política que o movimento sindical deve seguir como caminho para retomar a representatividade junto aos trabalhadores.

68) Contudo, devemos entender que a organização por local de trabalho (inclusive das comissões por empresa) e a reorientação da lógica organizativa do movimento sindical é uma política de médio e longo prazo. Não podemos nos iludir que a forma de pensar e se comportar dos indivíduos determinada, atualmente, pela aceleração do tempo implique em mudanças também aceleradas. Nossa inserção deve ser pedagógica, mostrando as contradições danosas para o trabalhador

com o avanço da adoção do método flexível de produção, convencionalmente conhecido como toyotismo. Devemos relacioná-la, a partir daí, como a expansão do poder do capital que aprofunda a alienação do trabalhador. Portanto, nossa participação nas comissões por empresa deverá ser analisada caso a caso, com acompanhamento das instâncias superiores da UC.

HISTÓRIA RECENTE DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

1 – As eleições de Lula no processo eleitoral de 2002 tiveram forte impacto no movimento sindical brasileiro, até o momento unido contra a política neoliberal do governo FHC. Foi neste período, no início dos anos 2000, que nasceu a Corrente Sindical Unidade Classista. Pouco tempo depois, o campo de oposição ao setor hegemônico na direção da CUT que se reunia na FES/CUT (Frente de Esquerda Socialista da CUT) sofreu suas primeiras rupturas.

2 – Em 2004, pouco antes de se iniciarem as conversações para a construção da Intersindical, a corrente sindical ligada ao PSTU e algumas correntes associadas ao PSOL romperam com a CUT e passaram a construir outro organismo sindical, a Conlutas. A proposta organizativa desse instrumento de lutas consistia em congregar num único organismo, com direito a representação deliberativa plena, entidades sindicais e movimentos sociais diversos, tais como entidades estudantis, comitês comunitários e de luta por moradia, coletivos feministas e do movimento negro, dentre outros.

3 – Este caráter heterogêneo da Conlutas, em que a centralidade do mundo do trabalho e sindical é diluída em meio a outras lutas, foi um dos motivos da Unidade Classista não ter aderido a este projeto desde o seu início. Além disso, a criação da Conlutas se deu de uma forma isolada, o PSTU realizou uma ruptura pouco negociada com os demais setores da FES/ CUT, construindo de maneira vanguardista e unilateral a Conlutas.

4 – Os demais setores da FES/CUT optaram por uma política mais ampla, buscando reunir no processo de saída da CUT elementos para a construção de um espaço de articulação e de unidade classista. Foi construída a Intersindical, espaço de articulação e organização da classe trabalhadora. Em 2006, rompemos com a CUT e contribuímos para a construção da Intersindical. Junto conosco fizeram parte daquela ini-

ciativa diversos setores do PSOL, a Consulta Popular, a ASS (Alternativa Sindical Socialista), a Resistência Popular, entre outros. Dessa forma, dezenas de Sindicatos, Oposições Sindicais e coletivos romperam com a Central Única dos Trabalhadores e decidem construir um novo instrumento que retomasse o processo de organização e luta abandonado pela CUT que cada vez mais se tornava um mero instrumento de intervenção e apoio do governo no movimento sindical.

5 – Ao contrário da Conlutas, estava na base de movimentações da Intersindical o entendimento de construir um espaço de síntese, de reunião pela base, capaz de reorganizar os setores classistas num único pólo sindical, a fim de dar respostas organizativas e políticas ao conjunto de medidas que o governo Lula desferia contra a classe trabalhadora, tais como uma mini-reforma da previdência que atacava os servidores públicos. A Unidade Classista, ainda como espaço de ação dos militantes sindicais do PCB, participa como um dos principais pólos organizadores da Intersindical, compartilhando seus espaços formais, e participando das lutas da classe trabalhadora nos estados e nas categorias.

6 – A Intersindical nascia, dessa forma, com o compromisso de buscar articular a unidade dos setores classistas do movimento sindical brasileiro e estabelecer durante esse processo de reorganização sindical, um conjunto de lutas e ações que teriam duplo caráter: potencializar a Intersindical e suas posturas políticas, e agregar mais setores em luta para a construção de um sindicalismo classista, internacionalista e de ação, não atrelado a governos ou patrões.

7 – Nesse processo, a Unidade Classista dedicou totais esforços na construção da Intersindical. A Compreensão dos comunistas do PCB partia do entendimento de que a reorganização da classe trabalhadora não seria produto de uma unidade artificial ou superficial, que priorizasse o encontro de cúpula entre organizações, mas sim através de uma unidade construída nas lutas e na base do movimento, onde buscaria também abrir diálogo e trazer para a construção desse novo

espaço setores ainda dispersos ou atuando nos marcos da CUT. O PCB partia da compreensão de que uma nova central não surgiria a partir da reunião de representações de organizações, mas sim através de um moimento real, de unidade e luta, de mobilizações e de ações concretas.

8 – A partir desse entendimento, a Unidade Classista buscou, ao longo de todo seu período dentro da Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da classe trabalhadora, colaborar no sentido da reorganização pela base do movimento sindical brasileiro.

9 – Os anos de 2006 a 2009 foram marcados por um conjunto de mobilizações contra os ataques promovidos pelo governo Lula, que buscavam enfraquecer o movimento sindical tanto pelas reformas promovidas pelo seu governo, como por uma política de cooptação e instrumentalização do movimento sindical. O campo classista do movimento sindical possuía nesse período dois instrumentos, a Conlutas, dirigida e hegemônica pelo PSTU e a Intersindical, que tinha nas suas fileiras setores do PSOL, das pastorais operárias, a ASS e a Unidade Classista. Como impasse para uma maior proximidade estavam a denúncia da postura hegemônica da Conlutas no movimento sindical, sua composição que permitia a filiação de movimentos sociais, populares e até estudantis, além de permitir a auto filiação, bem como a crítica acerca do tempo processual da construção de uma nova central.

10 – Por mais que possuísse um conjunto de divergências, em nenhum momento o PCB, através da Unidade Classista, deixou de incentivar a construção de unidade na luta entre a Intersindical e a Conlutas. Contudo, a ação da Conlutas objetivando acelerar a discussão e o processo de construção de uma central única do campo classista incidiu sobre a unidade interna dentro da própria Intersindical.

11 – A partir de diálogos diretamente travados com setores do PSOL que se organizavam no interior da Intersindical, a Conlutas iniciou um processo de pressão sobre a Intersindical, em que não se respeitou

nem o tempo nem sua dinâmica própria para forçar a unidade a partir de encontro de cúpula. Essa postura da Conlutas encontrou reciprocidade nos setores do PSOL, que viam a possibilidade de obter, com a nova central sindical, um suporte para ambições eleitorais e de uma autoconstrução no movimento sindical.

12 – Esse processo teve impacto desastroso na Intersindical, a levando a uma cisão no seu encontro nacional em São Paulo – SP em 2008. Nesse encontro os setores vinculados ao PSOL construíram um campo pró Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), que deveria ser construído em unidade com a Conlutas, perspectivando a criação de uma central sindical do campo da esquerda e classista.

13 – A atuação do PSTU através da Conlutas nesse processo influenciou a implosão do campo original da Intersindical, apresentando, o que denunciávamos como ilusão, que o Conclat seria um foro democrático, em busca de uma síntese acerca da atuação dos dois espaços, da Conlutas e da Intersindical. Contudo, este não foi o único motivo que levou uma parte dos setores do PSOL que construíam a Intersindical a romperem com o campo original. É importante lembrar que em 2008 Lula aprovava a “Lei das Centrais”, criando um verdadeiro mercado sindical regulado pelo MTE. Infelizmente, os companheiros aderiram a esta lógica.

14 – Em 2010, as correntes sindicais ligadas ao PSOL que romperam com a Intersindical original tentaram se unir à Conlutas, em um congresso realizado na cidade de Santos/SP. A fusão não foi bem-sucedida. O Conclat acabou gerando dois espaços novos, ao contrário do prometido pela Conlutas e almejado pelo PSOL. Ou seja, a unidade não foi alcançada. O resultado foi a construção da CSP Conlutas (Central Sindical e Popular - Coordenação de Lutas) composto pelo PSTU e poucas correntes do PSOL, e a Intersindical movimento por uma central sindical, composta por diversas correntes do PSOL que não voltariam ao campo original da Intersindical, Instrumento de Lutas e Organização da classe trabalhadora. Dessa forma, a partir desse Conclat de junho

de 2010, em vez de se construir uma unidade dos setores classistas sindicais, ocorreu uma pulverização dos espaços, com a consolidação de três campos, A CSP/Conlutas, a Intersindical, Instrumento de Luta e Organização e a Intersindical, por uma nova central.

15 – A Unidade Classista resolveu por continuar construindo a Intersindical, instrumento de luta e organização da classe trabalhadora, contudo, continuando a influenciar a reaproximação do campo original da Intersindical como passo importante para avançar no fortalecimento da unidade. Com uma atuação no interior da Intersindical, buscamos, desde a cisão das intersindicais, criar espaços que favorecessem uma unidade do campo original.

16 – Contudo, diante da análise de que setores da Intersindical, Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora não trabalhavam em prol da unidade, concluímos em 2011 que, enquanto comunistas que desejam e compreendem que a unidade é um fator central no movimento sindical, e que a unidade deve ser pavimentada em bases classistas, optamos por nos afastar da Intersindical, e manter a relação de diálogo com todos os setores classistas do movimento sindical.

17 – Compreendemos que para melhor desempenhar nosso papel de buscar construir a unidade, a Unidade Classista não deveria estar vinculada a nenhuma central ou movimento pró-central, o que possibilitaria uma maior mobilidade em nosso diálogo com todos os setores, agora dispersos, do campo original da Intersindical. A partir desse entendimento, em 2012 fundamos formalmente a Unidade Classista como corrente sindical dos comunistas brasileiros.

18 – Dessa forma podemos concluir, após levantar alguns elementos introdutórios a um necessário balanço do atual quadro do movimento sindical brasileiro, que os setores classistas se encontram dispersos e até mesmo pulverizados. Cabe levantar alguns diagnósticos, inclusive com o intuito de compreender quais caminhos a Unidade Classista deve percorrer na sua luta pela unidade dos setores classistas.

19 – Podemos identificar um breve ciclo iniciado com a eleição do Lula e seu governo em 2002/2003, que exerceu fortes impactos sobre o movimento sindical brasileiro até o colapso do governo petista com o impeachment de Dilma em 2016.

20 – A eleição de Lula, como primeiro presidente operário do país, membro do Partido dos Trabalhadores, partido surgido no interior do movimento sindical, criou uma crise de representatividade no movimento sindical. A CUT, Central Única dos Trabalhadores, que teve papel forte no plano do governo Lula, tanto pela cooptação de sindicatos e da própria estrutura da CUT como pela instrumentalização do movimento sindical a serviço do Governo fez com que diversos setores classistas que compunham a CUT iniciasse um processo de discussão para uma necessária reorganização dos setores classistas do movimento sindical.

21 – Esse processo de reorganização classista do movimento sindical, contudo, não possuiu um único movimento, nem mesmo um único processo. Essa reorganização ocorre de maneira dispersa e fragmentada. A construção unilateral da Conlutas, rompendo de maneira isolada o campo de esquerda da CUT impossibilitou desde o primeiro momento a construção de um processo unitário.

22 – Com a construção da Intersindical, como instrumento de luta e organização, que objetivava a reconstrução do movimento sindical classista a partir da articulação pela base do movimento, surgiu uma possibilidade de construção em médio prazo de um movimento que perspectivava a reorganização classista do sindicalismo brasileiro. Contudo, esse processo é interrompido com o racha da Intersindical.

23 – Atualmente não existe nenhum pólo aglutinador com força suficiente para operar um processo gravitacional no movimento sindical. Pelo contrário, o processo de pulverização resultou em diversos instrumentos sem inserção suficiente na base do movimento e com pouca capacidade de influência na realidade. O movimento sindical se

encontra espalhado e disperso, a CSP Conlutas, a Intersindical Central e a Intersindical, Instrumento de Luta e Organização da classe trabalhadora não possuem forças para, sozinhos, trazer para o seu entorno o conjunto do movimento sindical classista, que, até mesmo por essa dispersão encontra-se frágil e sem condição de dar respostas políticas, organizativas e mobilizar de acordo com as demandas da conjuntura.

24 – Nesse sentido apresentamos a tese de um necessário encontro nacional da classe trabalhadora, onde o movimento sindical classista se reúna para além de suas organizações isoladas e operem uma reorganização pela base do movimento sindical brasileiro. Para isso, a Unidade Classista deve identificar quais setores de fato apostam numa saída unitária para os impasses do movimento sindical brasileiro, que no atual momento, refém de direções pelegas e disperso na sua organização, não se encontra em condições de dar respostas efetivas aos ataques do atual governo, que intensificou a agenda de reformas contra a classe trabalhadora.

25 – Como elemento de uma análise inicial, compreendemos que, hoje, não é mais possível que as Intersindicais voltem ao ponto original, embora devam ser tratadas, pontualmente, como aliadas nessa conjuntura. A militância da UC tem, nos últimos anos, participado ativamente de ações no movimento sindical, eleições sindicais, enfrentamentos e mobilizações diversas com as correntes do campo classista, e mantém o seu compromisso de fortalecimento do diálogo com estas correntes

26 – Quanto ao campo majoritário da CSP Conlutas, este segue numa postura permanente de autoconstrução, desde sua fundação unilateral e vanguardista. Ao se ver como o único polo aglutinador, age de forma hegemônica, dificultando qualquer esforço de unidade mais ampla. Essa postura hegemônica se intensificou no período mais recente, após o racha sofrido pelo PSTU. O setor que permaneceu nessa organização (e que manteve-se hegemônico na CSP-Conlutas) empurrou esta Central para uma postura mais sectária e isolacionista, além de demonstrar uma absoluta incompreensão da conjuntura ao não

reconhecer, por exemplo, o recrudescimento do estado policial. É importante salientar que outras correntes que atuam na CSP Conlutas não compartilham desta postura e a UC deve fortalecer o diálogo com estas forças.

27 – Dessa forma, cabe à Unidade Classista lutar contra a pulverização do movimento sindical brasileiro, continuando a implementar uma prática unitária, política esta que não passa pelo hegemonismo e pelo sectarismo de um lado, nem pelo adesismo à agenda da Frente Brasil Popular por outro. Portanto, é nossa tarefa criar espaços novos de síntese, tais quais fóruns sindicais, novas frentes de solidariedade e luta e outros espaços de articulação, que deverão se materializar na construção de um Encontro que deverão se materializar na construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, o qual será parte fundamental para a reorganização da classe trabalhadora e seu movimento sindical de luta.

ESTRATÉGIA E TÁTICA

INTRODUÇÃO

1) A estratégia de um coletivo sindical e operário que se pretende revolucionário, como a Unidade Classista, precisa determinar o rumo a ser seguido pelos seus militantes nas frentes de luta, na perspectiva de organizar a classe trabalhadora para derrotar a burguesia e inaugurar o processo de construção de uma sociedade sem exploração – a sociedade socialista. O plano estratégico deve reunir os objetivos centrais da organização e apontar possíveis caminhos que deverão ser percorridos no curto, médio e longo prazo. Para tanto, parte-se da análise realizada pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB a respeito do Estado, da estrutura de classes da sociedade brasileira e de sua formação socioeconômica, bem como de sua caracterização sobre quem são os inimigos e aliados fundamentais. Neste sentido, devem-se definir as formas de luta e mediações táticas necessárias de acordo com as constantes mudanças que ocorrem na conjuntura.

2) O maior objetivo estratégico da Unidade Classista é o fim da exploração do trabalho, o que só é possível com a tomada do poder pela classe trabalhadora e seus aliados fundamentais, organizados em uma frente política e social de caráter anticapitalista e anti-imperialista, visando a construção da sociedade socialista e a emancipação plena do proletariado. A conquista do poder político pelos trabalhadores depende, acima de tudo, do envolvimento das massas populares enquanto sujeito da ação histórica em prol de sua própria libertação.

3) Para que isto se realize, será preciso despender todo os esforços possíveis para a consolidação e o fortalecimento da Unidade Classista como instrumento de organização que, em sintonia fina com a linha política do PCB, contribua decisivamente no processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, na superação do atual quadro de fragmentação do campo classista no movimento sindical e operário, promovendo a luta contra a dominação burguesa e a construção do

O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO AO LONGO DA HISTÓRIA

4) Na condição de ex colônia portuguesa e último país do continente americano a abolir legalmente a escravidão, em 1888, o Brasil possui um conjunto de especificidades em seu processo de formação histórica, econômica e social que interferem diretamente na configuração da classe trabalhadora – o que nos coloca a tarefa fundamental de aprofundar os estudos e análises a esse respeito.

5) As primeiras formas de organização operária só se desenvolveram na segunda metade do século XIX e tinham finalidades eminentemente assistenciais, como era o caso das Associações de Socorro Mútuo. Algumas delas foram além e começaram a exigir dos patrões melhores condições de trabalho. Com a evolução do movimento, formaram-se as Uniões e Ligas Operárias que, por sua vez, deram origem aos sindicatos no início do século XX.

6) Naquele momento, a influência dos anarquistas foi muito importante no sentido de questionar os limites do assistencialismo nas organizações operárias e propor o enfrentamento direto aos patrões e governos. Apesar da pouca expressão numérica do proletariado urbano em relação ao total de habitantes do país neste período, os sindicatos cresceram, se fortaleceram e realizaram inúmeras greves, chegando ao ponto de balançar a ordem vigente.

7) Entretanto, com o passar dos anos foram sendo expostos os limites do anarcossindicalismo. O nível de mobilização dos trabalhadores era enorme, mas as reivindicações economicistas não atacavam a raiz dos problemas. O espontaneísmo predominante era incapaz de aproveitar todo o potencial das lutas operárias para avançar rumo a conquistas e transformações mais profundas.

8) Enquanto isso, com a Revolução Socialista de 1917, o proletariado russo demonstrava na prática que era possível derrotar os capitalistas e assumir as rédeas do próprio destino. Seu grandioso exemplo irradiou-se por todo o mundo. No Brasil não foi diferente: a Revolução Russa contribuiu para o aumento do interesse da classe operária nas propostas de Marx, Engels e Lênin.

9) Foi neste ambiente que, em 25 de março de 1922, um grupo de trabalhadores, a maioria egressos do anarcossindicalismo, decidiu fundar o PCB. Os pioneiros do movimento comunista brasileiro compreenderam que, apesar de muito importantes na luta de classes, as ferramentas sindicais eram insuficientes para o enfrentamento com a burguesia e seu Estado. Assim, inspirados pela vitória bolchevique, deram início à construção do Partido Comunista.

10) A burguesia local não assistiu inerte a todo este processo. Muito pelo contrário: a repressão e a perseguição ao movimento operário nas primeiras décadas do século XX, em especial às suas vanguardas anticapitalistas (anarquistas e comunistas), foram operadas com a habitual brutalidade do Estado. As agressões patronais, contudo, não foram capazes de eliminar um conjunto de batalhas fundamentais: por um sindicalismo classista; pela jornada de oito horas; pela lei de férias; pelo salário mínimo; pelo direito de greve; pela regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores de idade, dentre outras.

11) A partir da década de 1930, a luta de classes no país alcançou um novo patamar. Visando conter a luta dos trabalhadores, o governo de Getúlio Vargas atacou em diversas frentes, dando continuidade às políticas de fomento aos sindicatos amarelos, buscando cooptar lideranças e, sobretudo, criminalizando duramente o sindicalismo classista e o movimento popular combativo. Mais do que na quadra precedente, porém, a Era Vargas foi marcada por ações no sentido de trazer a luta de classes para o terreno institucional, ampliando os mecanismos oficiais de controle do movimento operário. Este processo, de um lado, expressou certo reconhecimento da força dos trabalhadores organi-

zados e a necessidade da burguesia entregar alguns anéis para não perder os dedos. Por outro lado, representou profundas mudanças na estrutura sindical brasileira, impondo o atrelamento das entidades sindicais ao Estado, responsável por sua tutela.

12) Ainda assim, entre os anos 1930 e 1960, como no período anterior, os trabalhadores não deixaram de travar inúmeras greves e lutas em geral. Nem as mais vis fustigações burguesas foram capazes de impedir a evolução do processo de organização da classe trabalhadora. O PCB, mesmo colocado na ilegalidade, consolidou-se como principal força política no movimento sindical e popular, dirigindo várias entidades de massa, promovendo o internacionalismo proletário, comandando os mais importantes combates aos setores dominantes e ao imperialismo. Direitos fundamentais, que hoje estão sendo desmontados com as contrarreformas do governo Temer, foram conquistados, dando origem à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

13) O avanço da mobilização popular colocou elementos expressivos da pauta política dos trabalhadores na agenda nacional. O peso crescente das massas nas disputas políticas do país, exigindo transformações a partir do protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, colocava em xeque os interesses burgueses. O golpe empresarial militar de 1964 concretizou a contrarrevolução. Enquanto o primeiro ciclo de lutas operárias do Brasil se encerrou pelo esgotamento político do anarcossindicalismo, o segundo grande ciclo foi derrotado pela força, com tanques de guerra nas ruas, prisões, tortura, assassinatos.

14) Mesmo sob intensa repressão, o movimento operário não deixou de se organizar e lutar sob a ditadura empresarial-militar. Os comunistas, atuando na clandestinidade, desempenharam um papel decisivo nesse sentido. Conseguiram resistir e contribuir na resistência do conjunto da classe. Na passagem da década de 1970 para a década de 1980, porém, fragilizado pela Operação Radar e pela política do partido no momento, o PCB viu sua força no movimento sindical – já abalada duramente pela derrota de 1964 – despencar vertiginosamente.

15) Com a crise da ditadura e o enfraquecimento da influência exercida pelo PCB no interior da classe trabalhadora, tanto em função do massacre exercido pela repressão a dirigentes e militantes comunistas, quanto pela linha política reformista adotada no período, o nascente Partido dos Trabalhadores, expressão política que refletiu a ascensão do movimento de massa a época passou a exercer papel preponderante no movimento de massas no Brasil. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983, cresceu e se consolidou como a maior Central do país.

16) Porém, ao priorizarem o acúmulo de forças nos espaços institucionais, estes instrumentos foram se transformando rapidamente. Já nos anos 1990 PT e CUT buscaram ampliar alianças com setores da burguesia, inclusive monopolistas. Posteriormente, os “acúmulos democráticos” no interior da institucionalidade burguesa acabaram por se transformar no próprio objetivo a ser alcançado e não em um meio para uma suposta ruptura de caráter socialista. Foi o que permitiu a eleição de Lula em 2002 e a vigência dos governos petistas até 2016.

17) A estratégia adotada se transformou numa proposta política fora do campo do socialismo, aproximando-se de uma política pequeno-burguesa de caráter formalmente democrático, aquém até de uma versão tardia de socialdemocracia. Tal política passou a operar os interesses do grande capital monopolista em detrimento do patamar de direitos conquistados pelos trabalhadores, precarizando as relações de trabalho e os serviços públicos, rendendo-se à lógica do mercado e da institucionalidade liberal burguesa, como tentativa de harmonizar o capital e o trabalho nos marcos de um social liberalismo.

18) O PCB, em seu XIII Congresso (março de 2005), rompeu com o governo Lula e reafirmou uma estratégia socialista para o Brasil, que já vinha sendo formulada desde 1992, cujos elementos essenciais se fundamentam na perspectiva de organização de um Bloco Revolucionário do Proletariado e seus aliados contra o bloco dominante, formado centralmente pela burguesia monopolista, pelo monopólio capitalista

da terra e pelo imperialismo. Em 2006 o partido decidiu romper com a CUT.

FORMAÇÃO SOCIAL E ESTRUTURA DE CLASSES NO BRASIL

19) Partimos hoje do pressuposto de que o Brasil se tornou um país capitalista completo, ou seja, trata-se de uma formação social capitalista na qual predominam as relações assalariadas, a propriedade privada burguesa dos meios de produção, as formas de produção e acumulação ampliada de capitais que completaram seu caminho até a formação do monopólio, chegando a agir de maneira interligada e inseparável da forma imperialista que hoje determina as relações econômicas mundiais. O Brasil desenvolveu um parque industrial monopolista, setores de infraestrutura de mineração, energia, armazenagem, transporte, portos e aeroportos, malhas urbanas, um comércio nacional e internacional, capitalizou o campo, gerou o monopólio moderno da agricultura, um sistema financeiro moderno e interligado ao mercado financeiro mundial, estruturou uma malha logística de serviços e ações públicas necessárias à reprodução das relações burguesas de produção.

20) Há pelo menos 50 empresas monopolistas brasileiras com elevado grau de internacionalização – as chamadas multinacionais brasileiras – e um grande índice de concentração empresarial. Vem ocorrendo uma descentralização industrial e um processo contínuo de desnacionalização e desestatização das empresas. A economia brasileira integra o sistema capitalista/imperialista mundial a tal ponto que o próprio desenvolvimento dos grandes monopólios brasileiros acaba operando no campo do imperialismo. O processo econômico capitalista no Brasil acentuou o perfil de uma sociedade tipicamente burguesa, na qual o eixo central da luta de classes passa pelo confronto de interesses entre o proletariado e a burguesia.

21) A estrutura de classes se caracteriza pela formação de uma bur-

guesia monopolista e suas diversas facções: a burguesia industrial, a burguesia bancária/financeira, a burguesia comercial, a burguesia agrária, a burguesia do setor de transportes e um setor que controla serviços diversos formados pela mercantilização crescente de setores como o da saúde, educação e outros. Cabe destacar também o entrelaçamento entre essas distintas frações da burguesia na formação de conglomerados econômicos. Com o crescimento e a consolidação da moderna economia industrial monopolista, generalizou-se o assalariamento e formou-se um numeroso proletariado que, da mesma forma, se divide entre os vários setores da economia. Ressalte-se que hoje o proletariado urbano corresponde a mais de 80% da população economicamente ativa.

22) Existem setores camponeses, tais como pequenos proprietários de terra com produção para seu consumo e a agricultura familiar, além de outras formas como cooperados e assentados. No entanto, mesmo estes se encontram cada vez mais subordinados ao mercado capitalista e à lógica mercantil. O que já predomina no campo é a existência de um proletariado precarizado, combinado com formas de pequena propriedade ou outra forma de propriedade rural (assentamentos, cooperativas, etc.).

23) O conjunto dos assalariados urbanos conta com um setor operário, formado concomitantemente ao monopólio industrial moderno e que passou por grandes transformações a partir dos anos 1990. Ao contrário do que se apregoou com o suposto “fim do trabalho”, devido à reestruturação produtiva e à aplicação de novas tecnologias, o operariado industrial brasileiro cresceu em números absolutos nos últimos tempos e desconcentrou-se, passando a formar novos polos em outras regiões do território nacional. Além disso, fragmentou-se bastante com a terceirização e a precarização e perdeu, em parte, sua unidade e identidade política pela degeneração de grande parcela das direções sindicais burocratizadas.

24) O operariado continua sendo o setor da classe trabalhadora po-

sicionado estrategicamente no coração da economia capitalista, do ponto de vista da luta de classes. Caracterizamos o proletariado brasileiro como o conjunto dos trabalhadores que só podem viver mediante a venda de sua força de trabalho, tendo em seu núcleo a parte dos assalariados que vendem sua força de trabalho ao capital.

25) A crise do capitalismo, com seus reflexos no Brasil, os quais se tornaram mais intensos a partir de 2014, provocando desemprego em massa, é responsável pelo crescimento exponencial de uma ampla superpopulação relativa. Esta superpopulação compõe o exército industrial de reserva, que pressiona no sentido da formação de um proletariado extremamente precarizado, submetido a relações de trabalho cada vez mais precárias e incertas, situação que se aprofundará em decorrência da destruição da legislação social e trabalhista levada a cabo pelo governo Temer.

26) Este grande contingente de expropriados, colocados à margem do mercado formal de trabalho pela brutalidade da produção capitalista, acaba por constituir parte de movimentos sociais e populares em luta por emprego, terra, moradia, melhoria das condições de vida em bairros periféricos, dentre outros. Quanto mais se aprofundam os processos de expropriação e precarização dos trabalhadores em nome da acumulação capitalista, mais se intensificam estes embates na sociedade.

27) Assim, a estrutura de classes no Brasil apresenta um polo burguês, hegemônico pela grande burguesia monopolista nacional e internacional, setores médios que tendem ao assalariamento e à proletarização, um proletariado composto por uma imensa massa de assalariados em geral (urbanos e rurais), um proletariado precarizado imerso em uma grande superpopulação relativa inserida de maneira precária e brutal nas condições do mercado capitalista e, residualmente, um campesinato heterogeneamente formado pela agricultura familiar, cooperados, assentados e pequenos proprietários, que combinam suas atividades com períodos de proletarização.

28) A combinação eficiente de consenso e coerção garante a reprodução do domínio da ordem monopolista burguesa. A cooptação dos trabalhadores pela ordem institucional burguesa, que os mantém nos limites da ordem do capital, controlados pelos mecanismos de mercado, se processa por um conjunto de mecanismos que envolvem desde a manipulação pelos meios de comunicação, ações permanentes no interior das empresas para a colaboração de classe, promoção da cultura do individualismo, incentivos materiais como participação nos lucros e resultados até a cooptação pura e simples das lideranças sindicais. Quando esses métodos não funcionam, as classes dominantes apelam para a repressão aberta contra todos aqueles que se levantam contra a ordem, associada à criminalização dos movimentos sociais, da militância anticapitalista e da pobreza.

A ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA

29) O caráter da Revolução Brasileira Socialista, tendo em vista que o Brasil é uma formação social capitalista desenvolvida e monopolista, que a burguesia monopolista nacional/internacional se constituiu em classe hegemônica e dominante; que o Estado brasileiro é um Estado burguês e que o processo político da luta de classes no ciclo recente produziu um bloco liberal burguês hegemônico e dominante. De outro lado, há a perspectiva real de formação de um bloco proletário a ser forjado na resistência aos ataques do capital e nas lutas pela afirmação de uma alternativa dos trabalhadores, capaz de promover a superação do capitalismo e apontar para a necessidade de construção da sociedade socialista.

30) Afirmar o caráter socialista da Revolução Brasileira implica em afirmar que as tarefas colocadas ao conjunto dos trabalhadores e, em especial, da classe operária, núcleo estratégico e central do sujeito revolucionário, o proletariado, não podem se realizar nos limites da sociedade capitalista. O grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, no Brasil e no mundo, já se coloca em contradição com a atual forma capitalista das relações sociais de produção, que ameaçam

a produção social e a própria existência das condições que permitem a vida humana no planeta.

31) Sob todos os aspectos, o ciclo burguês consolidou-se plenamente no Brasil. A economia capitalista desenvolveu-se até o estágio monopolista, tendo se constituído uma sociedade civil-burguesa e um Estado de Direito democrático burguês. A burguesia brasileira, associada umbilicalmente ao capital internacional, não disputa sua hegemonia contra nenhum setor pré-capitalista; pelo contrário, a luta burguesa se volta contra a possibilidade de uma revolução proletária. As “tarefas em atraso”, como a reforma agrária, não são mais tarefas em atraso, mas tarefas deixadas para trás e que não serão realizadas nos limites de uma sociedade capitalista.

32) As contradições objetivas que estão na base das demandas imediatas das massas trabalhadoras não se devem ao baixo desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, mas exatamente pelo próprio desenvolvimento e natureza de uma sociedade hegemônica pelo capital. Qualquer luta específica tende a se chocar com a lógica do capital: a luta pela terra, a luta ecológica, a luta sindical, a luta política, as lutas por demandas populares, as lutas de gênero, a luta antirracista e, especialmente, a luta da classe trabalhadora. Na medida em que as lutas específicas tendem a se chocar com a lógica do capital, é importante fortalecer a organização desses setores dentro das estruturas sindicais e demais espaços dos movimentos classistas, para além da atuação nos movimentos específicos.

33) A experiência histórica passada e recente demonstrou que qualquer forma de pacto com a burguesia é uma miragem que confunde os trabalhadores, desorienta a luta de classes e abandona o projeto socialista. Seja na forma da clássica socialdemocracia, praticada após a Segunda Guerra Mundial, seja sob a versão atual do social-liberalismo, que passou a gerir as políticas neoliberais, tais pactos são responsáveis por fortalecer ainda mais o capital e seu sistema de poder mundial. Afinal, o capital e a propriedade privada capitalista, ao se perpetua-

rem, concentram riquezas, acumulam desigualdades e geram periodicamente crises cujos ônus são jogados sobre as costas dos trabalhadores, para salvar o lucro dos capitalistas.

34) A definição do conteúdo socialista da Revolução Brasileira não implica na ausência de mediações políticas na luta concreta para o enfrentamento das conjunturas que se apresentam na dinâmica imediata da luta de classes. Mas a estratégia subordina a tática e não o inverso. Este princípio deve moldar nossas ações táticas e nossa política de alianças. Não há possibilidade alguma de compor qualquer aliança estratégica com setores do movimento sindical e popular que representem os interesses das classes dominantes ou que, mesmo pertencendo a frações de classes oriundas do proletariado ou da pequena burguesia, tenham optado por se subordinar politicamente à burguesia.

35) A emancipação definitiva do proletariado exige a formação de um bloco de classes e setores sociais e suas representações político-organizativas que, antagonizando com a ordem do capital, marchem com os trabalhadores no sentido da superação desta ordem, articulando as dimensões econômicas e políticas da proposta emancipadora e capacitando-o ao exercício do poder político e da direção cultural de toda a sociedade.

36) Nossa aliança de classes capaz de formar o campo classista deve ser fundamentalmente estruturada entre os trabalhadores urbanos e rurais, os setores médios proletarizados e as massas de proletários precarizados que compõem a superpopulação relativa. Mas elementos dispersos e fragmentados não constituem politicamente uma classe. É preciso que os trabalhadores se organizem, luta coletivamente e, como consequência direta de sua ação independente, percebam a necessidade de construir seu próprio projeto histórico: o socialismo.

37) A reorganização da classe trabalhadora e o fortalecimento do campo classista são, portanto, tarefas fundamentais a ser cumpridas. Nossa política de alianças deve ter firmeza estratégica e flexibilidade tática.

Ao mesmo tempo em que não há alianças estratégicas com a burguesia e seus satélites, todo aquele que na luta concreta se colocar em movimento contra a ordem do capital, se contrapondo aos interesses do bloco liberal burguês, é um aliado em nossa luta.

AÇÕES TÁTICAS

38) Diante da consolidação do bloco hegemônico dominante, é preciso organizar a resistência à exploração e aos ataques do capital contra a classe trabalhadora. A unidade na luta das forças proletárias é o ponto de partida para a constituição do processo histórico no rumo da revolução socialista. O protagonismo da classe trabalhadora na cena política brasileira, com total independência em relação a governos e burguesia, depende da iniciativa das vanguardas que recusaram a acomodação e mantiveram-se, durante todo o período recente, em luta contra a ofensiva do capital monopolista. A unidade do bloco proletário deve ser buscada fundamentalmente na capacidade de organização e luta dos trabalhadores contra a hegemonia liberal burguesa.

39) A fragmentação atual do campo classista expressa a fragmentação da própria classe trabalhadora, que hoje retoma as lutas ainda de forma espontânea e dispersa, em função da inflexão política imposta pelas vanguardas reformistas e submissas aos interesses do capital que hegemonizaram o ciclo político ora decadente. As experiências de constituição de frentes de lutas populares como a Frente Povo Sem Medo e de blocos políticos como as Frentes/Blocos de Esquerda Socialista, apesar de sua composição heterogênea e contraditória, no caso da primeira, e das dificuldades de se tornarem de fato organizações de abrangência nacional, no caso da segunda, indicam caminhos possíveis para a superação da fragmentação dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

40) Neste processo, é preciso, além de garantir a participação ativa de nossa militância nas entidades sindicais, associações e movimentos populares existentes, com vistas a transformá-las em organizações vol-

tadas à luta anticapitalista, devemos incentivar a criação de novas formas de associação e sociabilidade através das manifestações de resistência da classe trabalhadora, dotando-as de dimensão política, pela compreensão das raízes e determinações de cada problema particular e ao relacioná-los com a totalidade da ordem capitalista a ser negada. O objetivo deve ser a construção de um grande movimento político de massas que almeje a implantação do socialismo no Brasil.

41) Em todas as instâncias da sociedade, é necessário organizar a resistência dos trabalhadores por locais de trabalho e moradia. Onde os limites da institucionalidade liberal burguesa impedirem a plena realização das lutas, é necessário criar experiências inovadoras de ação: ocupar e recuperar fábricas e empresas e colocá-las em funcionamento sob o controle dos trabalhadores; ocupar os latifúndios e colocar a terra a serviço dos interesses da classe trabalhadora. Trata-se de tomar uma atitude ativa diante dos diversos problemas concretos que surgirem e radicalizar soluções, ocupando e tomando para o poder proletário e popular a tarefa de enfrentar estes problemas, não no sentido de substituir as políticas públicas e o dever do Estado, mas de denunciar sua omissão criminoso e construir outra institucionalidade.

42) Devemos buscar a unificação em âmbito nacional de todas as iniciativas e experiências de lutas locais, para finalmente propor a criação do Poder Popular como duplo poder de resistência e confronto ativo com o bloco liberal burguês, de forma a contrapor duas alternativas distintas de organização societária: a manutenção da ordem capitalista ou a necessidade de uma nova ordem socialista. O desfecho da estratégia socialista de construção de um Poder Popular não pode ser definido de antemão, mas é nosso dever e responsabilidade nos preparar para os diversos cenários que podem se apresentar. Assim, devemos estar preparados para defender a alternativa socialista contra a violência da reação burguesa e seus aliados.

43) O principal desafio da Unidade Classista na conjuntura atual é construir as pontes táticas que nos permitam criar as condições de desen-

volver nosso projeto estratégico pelo socialismo no Brasil. A Unidade Classista propõe a formação de um bloco nacional de lutas capaz de organizar a resistência dos trabalhadores contra a ofensiva do capital, partindo do lema nenhum direito a menos, pelo resgate dos direitos e avançar nas conquistas, da defesa do emprego, do salário e dos direitos sociais e trabalhistas que estão sendo destruídos pelas contrarreformas da burguesia promovidas por seus governos.

44) Propomos a revogação de todas as medidas prejudiciais à classe trabalhadora, a reestatização sobre controle dos trabalhadores das empresas que foram privatizadas, a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial, a ampliação das verbas para educação e saúde, assim como a suspensão do pagamento da dívida pública e auditoria também todas as ações que contribuam para a construção de uma plataforma de caráter anticapitalista e anti-imperialista, no caminho do Poder Popular.

45) A inexistência de uma central sindical forte, combativa e capaz de unificar o conjunto dos setores anticapitalistas ainda é um obstáculo neste caminho. Ainda que as condições para a criação imediata de uma central sindical classista e unitária não estejam dadas, propomos a realização de um grande Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, com vistas à construção da unidade de ação possível nas lutas. Já está mais do que na hora de estabelecer este debate e, enquanto não for possível formar um novo instrumento sindical, constituir os fóruns unitários de mobilização nos estados e em âmbito nacional. A Unidade Classista entende que o fim da exploração do trabalho será obra de milhões de trabalhadores e da juventude. Não será obra exclusiva de uma ou poucas organizações, mas de um conjunto de forças políticas e sociais de caráter revolucionário.

A FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE CLASSISTA E O SEU PAPEL NA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

1) Nos últimos meses de 2017, sofremos com a maior retirada de direitos trabalhistas, sociais e previdenciários da história brasileira. A intensificação da exploração e da opressão à classe trabalhadora foi regulamentada. A operação política golpista da burguesia foi cumprida com total eficácia pelo governo Temer.

2) Por outro lado, as lutas de resistência dos trabalhadores do campo e da cidade, extremamente desorganizadas, não foram capazes de barrar as contrarreformas. Para entendermos as razões que nos levaram a tão acachapante derrota e à atual desorganização da classe trabalhadora brasileira devemos compreender os principais fatores que as determinaram.

3) A maioria esmagadora das centrais sindicais brasileiras concilia com os patrões, apassiva ideologicamente os trabalhadores, ocupa autoritariamente, burocratizam diversos sindicatos e persegue diariamente quaisquer formas de luta e organização.

4) Infelizmente, não foi nenhuma novidade para os militantes comunistas que a esmagadora maioria das centrais sindicais brasileiras, mais uma vez, fizesse um jogo de cena por meio do “fórum das centrais” enquanto negociavam com a burguesia e seus representantes a retirada dos direitos em troca da manutenção de privilégios, de mecanismos de financiamento estatal ao sindicalismo cartorial e ao peleguismo.

5) A estrutura sindical brasileira baseada em sindicatos por categorias profissionais, pulverizados em milhares de entidades, acentuando o corporativismo, o carreirismo e o oportunismo, deseduca os trabalhadores e dificulta o desenvolvimento da consciência de classe. Além disso, os setores classistas do sindicalismo brasileiro, desde o seu necessário rompimento com a CUT, encontram-se ainda desarticulados e

isolados. Quanto mais atomizados e divididos estiverem os trabalhadores e suas legítimas lideranças, maiores oportunidades terão os patrões para golpeá-los e derrotá-los.

6) As mudanças objetivas no campo da produção, como as novas tecnologias, novas formas de gerenciamento, a pulverização das unidades produtivas e a migração das indústrias para outras áreas geográficas também influenciaram de maneira relevante não apenas a organização da classe como sua subjetividade.

NOSSO PAPEL NA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

7) Os sindicatos são importantes instrumentos de organização e luta da classe trabalhadora. Sua natureza é eminentemente corporativa, fazendo com que predominem, em sua ação, as demandas econômicas mais imediatas das categorias representadas. Neles, os comunistas, de acordo com Lênin, devem lutar para desenvolver o nível de organização e de consciência dos trabalhadores e contribuir para que a mobilização e os enfrentamentos com o patronato sejam lições para a luta revolucionária.

8) Por isso, nossa política deve ser orientada no sentido da reorganização do sindicalismo classista. Quanto maior for a nossa inserção junto às categorias estratégicas, ou seja, aquelas ligadas à produção da mais-valia e à circulação de mercadorias e da força de trabalho, melhores condições teremos para realizar esta tarefa. Para isso é fundamental um planejamento científico, no sentido de potencializar o trabalho já existente e estruturar nossa reinserção nos polos mais dinâmicos da classe operária, especialmente nos setores mais modernos da economia brasileira. O centro do trabalho deve ser realizado nas principais regiões em que a classe operária vive e trabalha, cabendo a cada coordenação estadual mapear estas áreas para definir planos de ação.

9) Outra vertente importante de nossa ação é o trabalho no campo. A

estrutura fundiária brasileira é uma das mais concentradas do mundo capitalista industrializado. No Brasil, o capitalismo avançou avassaladoramente no campo no decorrer dos últimos 30 anos, transformando grande parte dos latifúndios em produtores de commodities, em sua grande maioria voltada para a exportação – é o caso da soja, da cana-de-açúcar, da laranja, entre outros – transformando o assalariamento em elemento principal nas relações de trabalho no campo, o que não exclui a importância da proposta da reforma agrária e da limitação do tamanho da propriedade rural.

10) As relações capitalistas de produção hegemonizaram a agropecuária brasileira. A grande empresa capitalista passou a dominar a produção, subordinou todos os outros segmentos à lógica do capital, e o agronegócio consolidou uma típica burguesia capitalista. Mais ainda, o crescimento das cidades e das grandes propriedades agroindustriais fez com que caísse muito o número de propriedades de pequeno porte no entorno das cidades – os chamados cinturões verdes, que abastecem as populações urbanas. Este quadro deixa clara a dificuldade crescente de realização da reforma agrária nos moldes de ocupações de propriedades pelos trabalhadores sem-terra, ainda que haja diversas fazendas onde estas operações ainda são possíveis.

11) Nessa conjuntura, o centro da nossa tática no campo deve se voltar para a organização dos trabalhadores rurais. Nosso trabalho deve ser orientado no sentido de buscar inserção junto a esses trabalhadores e uma construção conjunta da prática sindical e para a luta de classes, de forma a construirmos na prática a unidade do proletariado urbano e rural no terreno da luta.

12) A organização sindical que defendemos implica em uma profunda e radical avaliação da estrutura sindical existente e de seus limites, defendendo a necessidade de recriar, em outros termos, a forma da ação sindical, rompendo na prática com o atrelamento próprio da estrutura atual às heranças do modelo getulista imposto aos trabalhadores. Lutar pela constituição de sindicatos por ramo de produção – mantendo

viva a defesa da unicidade sindical – é a maneira mais eficaz de romper com os limites impostos pela legislação e de construir a unidade dos trabalhadores no quadro de fragmentação imposto pelo capital. Neste sentido, a UC discorda e encara com grande preocupação a proposta em discussão em setores do movimento sindical de substituir o conceito de “ramo de produção” pelo conceito de “macrossetor”, o que dilui a concepção classista de sindicato como instrumento da luta de classes e na prática transforma o critério de organização sindical para a atividade prática do trabalhador.

13) Os princípios organizativos da Unidade Classista são: a) a democracia interna tendo quando base a unidade ideológica, política, orgânica, e de ação, alcançada através de extensa e profunda discussão e do convencimento das minorias, garantindo a circulação vertical e horizontal das informações, e a disciplina consciente; b) o acesso a qualquer cargo ou função de direção, pela via eleitoral interna; c) a liberdade de discussão nos organismos e instâncias; d) a responsabilidade e autonomia nos organismos, respeitadas as resoluções políticas e programáticas da corrente e as decisões dos organismos e instâncias superiores; e) a responsabilidade de cada militante perante o organismo de que for membro; f) a direção coletiva sem prejuízo das responsabilidades individuais; g) a liberdade dos organismos estabelecerem relações entre si, para estudos, consultas e formulação de propostas; h) o controle e acompanhamento permanente das atividades da corrente.

14) Lutamos pela democracia nas instâncias do movimento sindical e pelo fortalecimento das organizações de base no combate ao divisionismo, contra a negação da luta de classes e contra o reformismo no sindicalismo brasileiro. Atuando de forma coordenada, em nível estadual e nacional, poderemos ganhar influência suficiente para que, num breve espaço de tempo, a nossa proposta de unificação de todas as forças políticas que se colocam contra a colaboração de classes se fortaleça e tenha maior repercussão no interior do movimento sindical e operário.

FORMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE CLASSISTA

15) As formas concretas de organização do proletariado resultam do movimento real, da experiência e da necessidade da luta. Como mostra a história da luta dos trabalhadores e a das revoluções em particular, não existem fórmulas pré-definidas de meios de luta e organização. Para realizar sua missão de acabar com a exploração do homem pelo homem, a classe trabalhadora deve estar preparada para substituir formas de organização e luta por outras, para não correr o risco de uma derrota fragorosa, quiçá decisiva.

16) Os Comitês de Base são o centro de gravidade da Unidade Classista, a sua razão de ser. Eles têm a finalidade de ligar a corrente aos trabalhadores, num sentido de mão dupla. Devem participar da vida das categorias de trabalhadores, procurando levá-las a conhecer, assimilar e pôr em prática nossa linha política, ao mesmo tempo em que recolhem reivindicações e tendências. Cada Comitê de Base, para ser reconhecido como tal, deverá contar com ao menos três trabalhadores, ainda que de categorias diferentes, contando com a participação de pelo menos um militante do PCB.

17) Os comitês de base devem organizar-se prioritariamente por local de trabalho, área profissional ou categoria, ramo de atividade, e local de moradia. Não havendo possibilidade de criar comitês nestes moldes, fica a critério da coordenação nacional e das respectivas coordenações a criação de comitês generalistas provisórios. Os comitês de base devem ter obrigatoriamente pelo menos a coordenação política, organização e finanças, podendo ser criadas outras secretarias como as de formação, agitação e propaganda, etc

18) O grande desafio dos Comitês de Base é levar nossa política em sua área de atuação. Os comitês devem ser dinâmicos e criativos, pois é neste espaço que os militantes discutem a política, analisam a reali-

dade de sua área atuação, elaboram o plano de ação, opinam sobre os documentos e resoluções e exercem o direito à crítica e à autocrítica. Todos os comitês devem desempenhar tarefas que levem em conta o recrutamento, a propaganda e a unidade de ação com outros setores e correntes da classe trabalhadora.

19) Os Comitês de Base deve possuir uma Coordenação, eleita pelos militantes, com a finalidade de acompanhar o encaminhamento das deliberações, de forma que os planos de ação e a distribuição das tarefas atinjam os objetivos traçados. A composição da Coordenação deve adequar-se à realidade de cada comitê, em qualquer hipótese. Mesmo que o comitê tenha o número mínimo de três militantes, devemos dividir as tarefas de coordenação. Os comitês devem ter uma denominação, podendo ser uma homenagem a um militante ou uma expressão que defina sua abrangência ou espaço comum de luta. Os comitês de base devem ser diretamente vinculados e assistidos pelas Coordenações Estaduais.

AS COORDENAÇÕES

20) De acordo com a região ou estado onde atuam, esses comitês podem se agrupar em encontros ou plenárias e eleger uma Coordenação Estadual. A partir dessas coordenações vamos necessitar de um funcionamento mais regular e permanente, pelo menos com uma reunião a cada três meses, porque caberá a esses organismos apoiar e articular as diversas frentes da sua região ou estado. Além disso, fica sob sua responsabilidade o contato com a Coordenação Nacional e o encaminhamento das suas diretivas.

21) Cabe à Coordenação Nacional elaborar as orientações gerais quanto às ações prioritárias: eleições sindicais, campanhas centralizadas, além da comunicação e formação. A Coordenação Nacional deve ser composta por militantes com experiência e reconhecimento sindical, distribuídos nas seguintes coordenadorias: política, organização, finanças, comunicação, formação, gênero, movimento popular, gera-

cional, luta antirracista, expansão sindical e relações internacionais. A coordenação Nacional pode criar Comissões quando se julgar necessário para o melhor andamento da tarefa.

22) As Coordenações Estaduais devem ser formadas quando houver, no mínimo 3 (três) comitês de base no respectivo estado. A estrutura mínima das coordenações deve contemplar: a política, a organização e as finanças. A estrutura máxima, análoga à CN, será de dez membros, excetuando-se a coordenadoria de relações internacionais. As Comissões Provisórias deverão ser formadas por 3 (três) militantes que se encarregarão do contato com a CN e da organização das plenárias locais enquanto houver menos de 3 (três) comitês de base no estado.

23) As instâncias deliberativas da Unidade Classista ficam assim definidas, em ordem decrescente: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Plenária Nacional, Comissão Executiva Nacional, Congresso Estadual, Encontro Estadual, Coordenação Estadual, Plenária Estadual, Coordenação do Comitê de Base, Comitê de Base. As decisões devem ser tomadas a partir da busca pelo consenso, no máximo possível.

AS FRAÇÕES

24) Para articular a participação de militantes de diferentes comitês de base, principalmente em categorias organizadas nacionalmente ou em ocasiões em que se discutam ramos de produção, a Coordenação Nacional e as Coordenações Estaduais e o referendado da Coordenação Nacional podem criar Frações Nacionais ou Estaduais por categoria, que funcionarão durante o tempo necessário para realizar um conjunto de tarefas ou por tempo indeterminado. Os militantes que atuam nas frações não se desligarão em hipótese alguma de seus respectivos núcleos de base. As frações devem ser assistidas diretamente pela Coordenação Nacional ou Estadual, se for o caso.

SEMINÁRIOS E ATIVOS

25) Os Seminários e Ativos podem ser convocados pela Coordenação Nacional ou pelas Coordenações Estaduais, para aprofundar o debate sobre determinados temas.

26) O objetivo dos Seminários é repercutir junto à militância e à sociedade a posição política da corrente sobre determinada questão. Nos Seminários (nacionais ou regionais), os participantes são convidados pelas Coordenações e Comitês de Base, procurando-se garantir a presença do maior número de militantes possível, embora sem qualquer preocupação com a proporcionalidade, até porque não são instâncias deliberativas, não há votação, sendo assegurado apenas o direito de voz.

27) Os Ativos são como assembleias consultivas e/ou organizativas de um conjunto de militantes que atuam em determinada área geográfica ou em determinada luta comum, sazonal, eventual ou permanente. Os ativos são convocados pelas Coordenações Estaduais ou pela Coordenação dos Comitês de Base, sem distinção nem proporcionalidade, ou seja, aberto a todos os militantes, podendo também ocorrer os ativos nacionais, convocados pela Coordenação Nacional.

O RECRUTAMENTO

28) Nossa política de recrutamento tem como objetivo organizar os militantes mais destacados ou com evidente potencial que atuam na luta sindical. Com o agravamento da crise do capitalismo e a clara tendência à reversão do ceticismo com relação a luta sindical, especial atenção deve ser dada aos ativistas desorganizados ou insatisfeitos com a degeneração de algumas organizações.

29) A qualidade dos recrutandos é um fator sempre mais importante do que a quantidade. O recrutamento é individual e será necessariamente precedido de muita informação ao recrutando. O recrutando

precisa conhecer e concordar com a nossa política e forma de organização para ingressar na corrente.

30) Ninguém pode ingressar na Unidade Classista apenas para ser candidato em um pleito sindical, portanto, atenção redobrada deve ser dada aos que nos procuram às vésperas de eleições sindicais. Não que, de antemão, devamos considerar a todos como oportunistas, mas por sabermos que nestas ocasiões residem os maiores riscos de oportunismo e carreirismo.

31) Além dos militantes, trabalhamos em conjunto com pessoas que mantém, com a Unidade Classista, vínculos de diferentes ordens. Neste rol, estão:

a) simpatizantes – aqueles que, em geral, seguem nossa orientação política, buscam ajudar com opiniões, colaboram nas lutas e campanhas, contribuem financeiramente de forma eventual, mas não se submetem às decisões, não desejam militar sistematicamente, não têm vínculo orgânico;

b) amigos - aqueles que, mesmo sem se declararem comunistas ou simpatizantes, e igualmente sem vínculos orgânicos ou compromissos político-organizacionais, procuram levar em conta nossa opinião, apresentam-se ou respondem afirmativamente quando solicitados a nos ajudar;

c) área de influência - há ainda um número elevado e esperamos crescente de pessoas que gostam de ter contato conosco, em debates, palestras e nas lutas cotidianas.

O MILITANTE DA UNIDADE CLASSISTA:

32) A Unidade Classista é uma corrente sindical composta por militantes. É a militância política e não a relação cartorial que assegurará direitos e deveres a todos, inclusive o de votar e ser votado nas eleições

internas. Os militantes são agentes políticos com iguais direitos e deveres, devem ter vida orgânica e devem estar necessariamente organizados em um comitê de base e com tarefas definidas a partir de seu respectivo plano de ação.

33) É preciso desenvolver no militante a disciplina consciente em relação ao cumprimento das tarefas assumidas coletivamente, bem como em relação aos compromissos financeiros assumidos junto a corrente. Com o trabalho nos sindicatos, procuramos transformar grande parte de nossos atuais militantes em dirigentes sindicais.

34) O militante da Unidade Classista pode e deve participar de categorias e diretorias de sindicatos filiados a quaisquer centrais sindicais. Desde que fique clara sua disposição de lutar dentro da direção da entidade e junto à categoria para que esta adote um rumo intersindical coerente com a nossa política.

35) Por outro lado, também para sermos coerentes, nossos dirigentes sindicais e militantes não estão autorizados a atuarem como dirigentes ou como delegados em congressos de quaisquer das centrais sindicais hoje existentes, haja vista que não participamos da construção de nenhuma delas. É vetada a participação de militantes filiados de outros partidos e ou organizações políticas do campo sindical e popular nas fileiras da UC.

OS SETORES ESTRATÉGICOS

36) Todo esse esforço organizativo tem o objetivo de consolidar a Unidade Classista nas categorias/estruturas que consideramos prioritárias. Essa definição se dá a partir do seu peso econômico-social, sua capacidade de mobilização e da sua localização na estrutura de produção e circulação. No sentido de fortalecer essa possibilidade, devemos ampliar nossa organização e inserção prioritariamente nos sindicatos independentes e naqueles já dirigidos pelo campo classista, combatendo o peleguismo e construindo, onde for possível, a unidade nas

lutas.

37) Considerando esses aspectos, nossas prioridades são a construção de comitês de base nesses ramos/categorias abaixo:

- 1 – Metal-mecânico/ Siderurgia/Mineração (Metalúrgicos e Mineiros);
- 2 – Transportes (Ferroviários, Metroviários, Rodoviários, Aeroviários, Marítimos);
- 3 – Petróleo/ Energia (Petroleiros e Eletricitários);
- 4 – Construção Civil;
- 5 – Educação (profissionais da educação do ensino fundamental, médio e superior);
- 6 – Correios;
- 7 – Telecomunicações;
- 8 – Bancários.
- 9 – Trabalhadores rurais
- 10 – Telemarketing
- 11 – Comércio
- 12 – Urbanitários
- 13 – Transporte e logística

38) Ainda que o movimento sindical seja a principal trincheira do conflito capital x trabalho, na atual conjuntura, não devemos subestimar o fato de que as lutas dos trabalhadores vão além deste terreno. Portanto, a Unidade Classista deve atuar também junto aos trabalhadores desempregados, na luta por moradia, nos movimentos populares de bairros/favelas com caráter classista, priorizando a transversalidade de ações com o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Coletivo Minervino de Oliveira, Coletivo LGBT Comunista e com a juventude trabalhadora – para o que precisamos estar em permanente articulação com a União da Juventude Comunista (UJC), inclusive para o trabalho de agitação, propaganda e organização dos estudantes de escolas técnicas e também trabalhar politicamente com os estagiários e jovens aprendizes, assim como estimular os sindicatos a filiarem esses trabalhadores.

39) Sabemos que o desemprego é estrutural no modo de produção capitalista, enquanto o capitalismo não for superado conviveremos com este problema. A Unidade Classista não pode ser indiferente aos movimentos de trabalhadores desempregados, que com a ampliação do desemprego se multiplicam pelo país.

40) Estes verdadeiros bolsões de trabalhadores desempregados são terreno fértil para a infiltração de lideranças ligadas aos interesses da burguesia. Estes lacaios manipulam o movimento, não revelam as verdadeiras razões do desemprego, agem para que o movimento dos desempregados ao lado de fora da fábrica seja a faca no pescoço dos que estão dentro, movimentam-se não para reduzir o desemprego e sim para baratear a força de trabalho.

41) Nossa tarefa, que também neste caso não é fácil, deve ser desenvolvida organizando e politizando os trabalhadores contra o desemprego, para que compreendam as razões de seu sofrimento e que desenvolvam esforços e lutas contra seus verdadeiros algozes, a classe burguesa e seus lacaios.

SÃO BANDEIRAS DE LUTA DA UNIDADE CLASSISTA:

- 1 – Redução da Jornada sem redução de salário;
- 2 – Garantia de estabilidade no emprego;
- 3 – Pela revogação da contrarreforma trabalhista
- 4 – Combate à contrarreforma da previdência;
- 5 – Luta contra todas as formas de terceirização;
- 6 – Pelo salário mínimo do DIEESE;
- 7 – Reestatização das empresas privatizadas, sob controle dos trabalhadores;
- 8 – Salário igual para trabalho igual;
- 9 – Garantia de creches 24h para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras;
- 10 – Defesa do SUS público e de qualidade;
- 11 – Melhores Salários em vez de PLR

12 – Pela Petrobrás, Eletrobrás, Chesf, Correios e outras estatais 100% públicas sob controle dos trabalhadores;

13 - Fim do banco de horas e a taxaço das horas extras.

42) Devem também ser eixos de lutas e bandeiras a trabalharmos com o conjunto dos movimentos sindicais, estudantis e populares:

1. Pela revogaço da reforma do ensino médio;

2. Contra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por uma ampla discussáo com a sociedade;

3. Contra qualquer tipo de privatizaço dos serviços públicos

4. Pelo direito à cidade;

5. Pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores o campo;

6. Pela estatizaço o transporte público, sem indenizaço e sob o controle dos trabalhadores;

7. Pela Universidade Popular;

8. Manutenço e ampliaço dos concursos públicos;

9. Abaixo a intervenço do imperialismo, pela autodeterminaço dos povos;

10. Contra a ocupaço israelense no território palestino; todo apoio à luta do povo palestino e aos seus direitos

11. Nenhum direito a menos, pelo resgate dos direitos e avançar nas conquistas

12. Contra toda forma de opressáo: racismo, machismo, lgbtfobia, xenofobia.

13. Melhores condições de atendimento à saúde da mulher: mais tempo de licença

14. Pela auditoria cidadã da dívida pública federal

15. Luta contra a terceirizaço da educação pública

16. Pela formaço para o contrapoder, a recuperaço de fábricas, pelo Poder Popular

17. Revogaço da EC 95/2016 que congela os gastos públicos por 20 anos - aprovado por consenso

18. Solidariedade internacional aos povos em luta contra o imperialismo

19. Pela realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT)

NENHUM DIREITO A MENOS!

AVANÇAR NA LUTA POR NOVAS CONQUISTAS!

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!

UNIDADE CLASSISTA, FUTURO SOCIALISTA!

ORIENTAÇÕES E SUGESTÕES PARA O TRABALHO DE DIREÇÃO

1 - Que a coordenação nacional aponte de forma imediata uma agenda concreta de construção do ENCLAT.

2 - Que a redação final aponte as fontes dos dados apresentados.

3 - A Unidade Classista deve buscar retomar o trabalho comunista no movimento sindical dos trabalhadores rurais.

4 - Com o enfraquecimento da ditadura militar, em finais dos nos 1970 e início dos anos 1980, no bojo das lutas pela Constituinte, ressurgem aos os poucos movimentos de base, alavancados por pautas específicas, em especial aqueles conhecidos como “sócio-territoriais”, ou seja, com a luta voltada à terra. Mas também surgem movimentos por saúde, saneamento, contra a construção de barragens, estudantil, negro, indígena, LGBT, das mulheres, etc.

4.1 - Tais movimentos têm maior ou menor força e expressividade, aqueles que se destacam e que jogam papel importante na luta de classes tem como pauta mobilizadora a distribuição e uso do espaço urbano e rural (destacadamente, mas sem exclusividade, MST e MTST).

4.2 - O afastamento e o estremecimento das relações entre a base destes movimentos e o Partido dos Trabalhadores (PT), derivados de suas políticas de conciliação de classes e recuos programáticos, desencadeou uma série de rachas, quebras e subdivisões, além do surgimento

de lideranças que ensejam uma mudança de campo político, como é o caso do MTST. Nossa tarefa é garantir o alinhamento dos movimentos com as propostas socialistas.

5 - A Unidade Classista tem feito um trabalho importante junto aos movimentos populares, especialmente no movimento de moradia em algumas regiões.

6 - Vivemos em um país onde há o Déficit habitacional de 7 milhões de habitações, além de um número gigantesco de famílias em situação de aluguel oneroso (que consome parte expressiva da renda familiar) ou morando em ocupações e comunidades Brasil a fora.

7 - Sabemos também que mais de 80% da terra agricultável no Brasil está hoje nas mãos do agronegócio, em forma de monocultura (15% aproximadamente) ou de pastagens (63% aproximadamente), produzindo apenas 25% de todo o alimento que vai na mesa do brasileiro.

8 - Compreendemos que na cidade a moradia tem uma correlação importantíssima com o trabalho, a produção do espaço urbano, e aquele que nela mora está sujeito a exploração do capital. Isso dá origem à contradições como por exemplo a especulação imobiliária, as dificuldades de mobilidade urbana. Desta forma a luta não é apenas pela moradia/habitação mas pela mudança de todo o modo de produção e da produção do espaço urbano: lutamos portanto, mas pelo Direito à Cidade.

9 - No campo a posse da terra é diretamente o instrumento usado para explorar o trabalhador do campo. O latifúndio destrói o meio ambiente, deteriora as relações humanas, alimenta um modelo econômico antinacional e perpetua as oligarquias regionais no poder. Por isso no campo bradamos as mesmas palavras de ordem de Prestes: "Pela Reforma Agrária e a Emancipação de Nosso Povo".

10 - Além das palavras de ordem, hoje já temos no Ceará uma expe-

riência importante de luta por, que alinhou a luta sindical e a luta pelo território: a Ocupação Gregório Bezerra, que resiste a diversas investidas do capital e do Estado. Devemos, diante desta boa experiência, multiplicar as lutas por moradia da Unidade Classista pelo Brasil, seja no meio urbano ou rural.

11 - A Unidade Classista, em especial aqueles militantes ligados à Educação, devem se aproximar do MUP (Movimento por uma Universidade Popular), movimento onde os comunistas já tem grande importância. Devemos portanto na educação bradar a bandeira pela Universidade Popular.

12 - Nosso objetivo deve ser o de aproximar o movimento sindical do social, levando estas bandeiras básicas para dentro de ambos, disputando este espaço e fazendo o trabalho de sedimentação necessário a realização do ENCLAT.

a) estimular a criação de fóruns sindicais combativos, a exemplo do Fórum Sindical Classista da Baixada Santista, e participar e fortalecer os já existentes;

b) organização de oposição sindicais e ampliação da inserção em direções sindicais, estabelecendo metas claras e mensuráveis de expansão;

c) organizar I Seminário Nacional de formação política em 2019;

d) ampliar a organização da UC nos estados em que o partido já está constituído e ainda não existe a corrente sindical em no máximo 2 anos;

e) elaborar calendário de eleições sindicais e garantir apoio nas eleições de categorias estratégicas (mínimo de 2 membros da CN com outros militantes disponíveis principalmente das regiões próximas);

f) atualizar o caderno nacional número 1 “política, organização e formação” de acordo com as resoluções do II Congresso Nacional e os dados atuais e publicar ainda em 2018;

- g) produzir mais Cartilhas do Cipeiro de acordo com a demanda das bases;
- h) elaboração de novos cadernos nacionais, podendo o segundo número ser sobre legislações trabalhistas e previdenciária;
- i) criação de revista sobre o mundo do trabalho para ser publicada semestralmente;
- j) reedição da campanha “juventude vai à luta sindicalizada” a cada ano;
- k) edição de campanha “nenhum direito a menos: resistir e avançar na luta”, com produção de notas políticas, vídeos, camisas, cartazes, etc, reeditando a cada ano;
- l) cada base que tiver condições objetivas para tal organizar um boletim, jornal ou panfletos regularmente para distribuir no trabalho de base e nas assembleias das respectivas categorias;
- m) organizar uma “política de atuação conjunta” entre UC, UJC e os demais coletivos partidários nas universidades e escolas técnicas.
- n) Estabelecer uma política de finanças de acordo com nosso estatuto e resoluções para potencializar o autofinanciamento de nossa corrente



ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://unidadeclassista.org.br/>
E-MAIL: ucnacional@unidadeclassista.org.br